



Como se faziam presidentes na Primeira República

Claudia Viscardi (UFJF)



Quando se pensa em como se processavam as eleições presidenciais na “velha república”, é impossível não comparar com as eleições mais recentes no Brasil. Por um lado, tal comparação é positiva, pois ajuda a compreender os limites das escolhas e da competição política que se construiu ao fim do século XIX. Por outro, ao partir de valores e experiências recentes, tende-se a subestimar os processos políticos passados, sem entender a lógica que predominava entre os contemporâneos. Em outras palavras, o risco do anacronismo é muito grande e deve ser evitado. Em que pesem tais obstáculos, insistiremos na comparação, com vistas a tornar a compreensão do leitor mais rápida e eficiente.

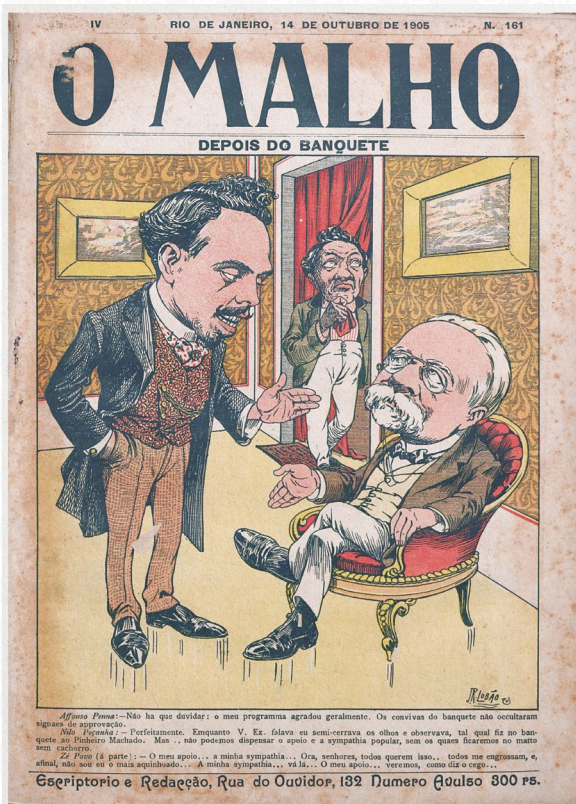
Em relação à escolha recente dos presidentes da República, há pelo menos quatro diferenças fundamentais quando a comparamos com a Primeira República. A primeira delas era a impossibilidade de reeleição. A segunda, o quase insignificante índice de participação eleitoral. A terceira, o modelo de federalismo que alçou como principais atores as unidades federadas. E, por fim, a diferença entre os mandatos do chefe do executivo e dos deputados das câmaras legislativas. O impacto de tais diferenças é fundamental para a compreensão das especificidades do período.

A proibição da reeleição era importante fator a fomentar acirrada disputa política intraoligárquica. A cada quatro anos, grupos políticos hegemônicos disputavam a indicação de seu nome e o apoio da maior parte das oligarquias para o escolhido. Dessa forma, fazia-se necessária a construção ou a reconstrução de alianças políticas a cada sucessão presidencial, o que tornava cada quadriênio um período em que tivessem que ser repactuadas alianças ou resolvidas eventuais dissidências.

Resta claro que tal competição se dava nos limites das próprias oligarquias hegemônicas, que não se limitavam aos mineiros e aos paulistas, mas ao conjunto mais amplo de políticos, provindos ou de outros estados fortes (como o Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco), ou de estados não tão poderosos, mas detentores de algumas lideranças individuais de forte inserção nacional (como Lauro Sodré/PA, Joaquim Murtinho/MT, Lauro Miller/SC). Portanto, a real competição eleitoral entre os presidenciáveis se dava previamente às eleições. Uma vez alçado um nome com consistente apoio da maior parte das oligarquias, a sua eleição estaria garantida.



Imagem extraída da *Fon-Fon* de 2.1.1926, retratando os convencionais no banquete do Automóvel Club, em ocasião da sucessão presidencial daquele ano, no qual foi anunciada a candidatura de Washington Luís. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



Capa da revista *O Malho* de 14.10.1905. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

uma série de negociações, nem sempre fáceis e raramente isentas de conflitos. Dessa forma, a hipótese de que predominou, no período, uma aliança monopólica entre mineiros e paulistas – conhecida como *café com leite* – não resiste à análise empírica. No exame de milhares de correspondências trocadas entre os principais atores dos processos eleitorais republicanos, foi possível perceber as intensas negociações processadas nos jogos sucessórios, a diversidade dos atores envolvidos e a rejeição às atitudes monopolizadoras por parte de qualquer ente federativo.

“Afonso Pena: – Não há o que duvidar: O meu programa agradou geralmente. Os convivas do banquete não ocultaram sinais de aprovação.

Nilo Peçanha: – Perfeitamente. Enquanto V. Ex. falava, eu semicerrava os olhos e observava, tal qual fiz no banquete ao Sr. Pinheiro Machado. Mas... Não podemos dispensar o apoio e a simpatia popular, sem os quais ficaremos no mato sem cachorro.

Zé Povo (à parte): – O meu apoio... A minha simpatia... Ora, senhores, todos querem isso... Todos me engrossam, e, afinal, não sou eu o mais aquinhoado... A minha simpatia... Vá lá... O meu apoio... Veremos, como diz o cego.”

Tal disputa prévia se iniciava, em geral, a partir dos últimos meses do segundo ano de governo e envolvia

Há que se destacar a proeminente participação do Exército como ator político ao longo de todo o período, bem como o papel do Parlamento na definição das candidaturas presidenciais e na composição dos ministérios.



Charge de *O Malho* de 7.12.1912, p. 49, retratando as conversas entre os chefes mineiros para influenciar a escolha do futuro presidente. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Claro que tais disputas se davam no seio de uma elite muito reduzida. A instituição do sufrágio direto, após a inauguração do regime republicano, não o tornaria de imediato universal. Tal como ocorria em outros países das Américas e na maior parte dos países da Europa, significativa parcela da população não se encontrava apta a votar – referência aos analfabetos, às mulheres e aos menores de 21 anos. Ademais, o caráter facultativo do voto, agregado aos altos índices de violência dos processos eleitorais, inibiam ainda mais a participação da população.



Os indicadores informam que, para as eleições presidenciais, a maior taxa de participação ocorreu na disputa entre Vargas e Júlio Prestes, ao fim da Primeira República, atingindo apenas 5,7% da população. Essa foi a eleição mais competitiva (Prestes foi eleito com 57,7% dos votos). O menor índice encontrado foi o das eleições de 1906, quando apenas 1,4% dos brasileiros compareceu para eleger Afonso Pena, que obteve 97,9% dos votos.

Eleições presidenciais no Brasil (1894 -1930)

Data da eleição	Presidente eleito	Comparecimento sobre a população (%)	Votos do candidato eleito sobre o comparecimento (%)
1º.3.1894	Prudente José de Moraes Barros	2,21	84,29
1º.3.1898	Manuel Ferraz de Campos Salles	2,7	90,93
1º.3.1902	Francisco de Paula Rodrigues Alves	3,44	91,71
1º.3.1906	Afonso Augusto Moreira Pena	1,44	97,22
1º.3.1910	Hermes Rodrigues da Fonseca	3,19	57,07
1º.3.1914	Venceslau Brás Pereira Gomes	2,40	91,59
1º.3.1918	Francisco de Paula Rodrigues Alves	1,48	99,06
13.6.1919	Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa	1,5	71
1º.3.1922	Artur da Silva Bernardes	2,92	56,03
1º.3.1926	Washington Luís Pereira de Sousa	2,27	97,99
1º.3.1930	Júlio Prestes de Albuquerque	5,65	57,74

Fonte: adaptação de Alberto Guerreiro Ramos, em *O problema nacional do Brasil*, nº 4. Editora Saga, 1960.

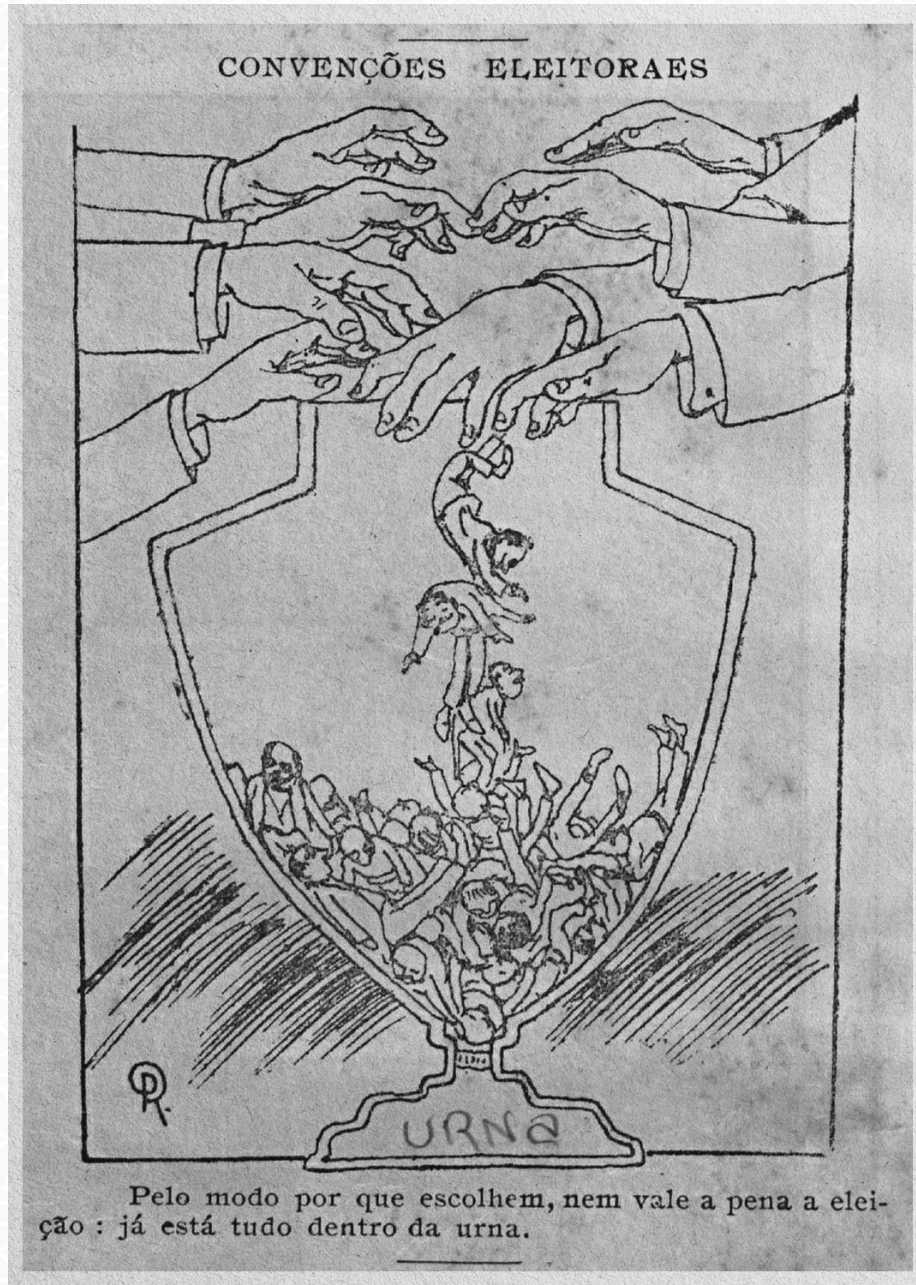
Embora os indicadores, quando analisados friamente, atestem pouca ou nenhuma participação cidadã, é preciso levar em conta que a maior dificuldade das lideranças era fazer com que os eleitores alistados vencessem a apatia e comparecessem às urnas. O jogo eleitoral envolvia um conjunto grande de não eleitores, mas que acompanhavam, nas ruas e pela imprensa, as disputas que se processavam em torno do destino do país. Períodos eleitorais eram ocasiões de significativa mobilização social, sobretudo nos centros urbanos mais povoados.

Como as leis eleitorais do período permitiam candidaturas independentes, à revelia dos partidos, a análise dos resultados eleitorais permite constatar número muito grande de pessoas com esse tipo de candidatura a receber votos, o que revela não só uma dispersão de interesses, como também uma disputa entre vários contendores. Em 1894, na primeira eleição direta do regime, mais de 60 candidatos foram lembrados pelos eleitores; e, em 1902, mais de 80 nomes se fizeram presentes como escolhidos. Isso sem contar com a disputa entre vice-presidentes, eleição que se fazia em separado.

Ao acompanhar os processos eleitorais pela imprensa do período, seja ela escrita, seja ilustrada, percebe-se uma alusão constante aos processos eleitorais, o que se dava com fins distintos. O primeiro era defender a candidatura de algum líder que tivesse controle sobre o jornal; o segundo era incentivar a participação do povo, atuando de forma pedagógica, com o fim de contribuir para maior consciência em torno da importância do voto, do combate às fraudes e da corrupção. Os *meetings*, que se assemelhavam aos comícios do período, contribuíam para que a população, mesmo ausente do processo, se informasse sobre as disputas ou delas participasse, mesmo sem direito a voto. Portanto, não se pode contestar o caráter mobilizador dos processos eleitorais, mesmo que o número de eleitores fosse diminuto.



Neste dia, a *Fon-Fon* dedica uma série de artigos à vida política de Rui Barbosa em ocasião de seu falecimento. *Fon-Fon* de 10.3.1923, p. 43. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



O Malho de 24.1.1903, p. 8.
Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

A terceira especificidade do período diz respeito aos atores políticos e seus diferentes repertórios de ação. É sabido que o período liberal oligárquico foi marcado pela fragilidade de partidos políticos nacionais e pelo predomínio de agremiações estaduais. De certa maneira, a instituição do federalismo, mesmo que não tenha sido da forma mais radical, como a proposta pela Emenda Castilhos, fortaleceu as identidades regionais, transformando o Parlamento em palco de disputas entre diferentes estados. Os partidos regionais, embora não monopólicos, hegemonizavam a competição entre a maior parte dos atores. Por mais que as leis eleitorais tentassem abrir espaço para as oposições e/ou minorias, o voto em lista fechada dificultava o processo.

Dessa forma, oligarquias regionais, que remontavam ao período de ocupação do território nacional, viram-se fortalecidas pelo federalismo, pois bastava que obtivessem o controle sobre os processos eleitorais internos, para que se perpetuassem no poder, controlando a composição de suas respectivas bancadas. Como a composição da Câmara Baixa do Parlamento era proporcional ao número de eleitores, sem outro freio que garantisse uma representação mais proporcional, a não ser o indicador de 1 deputado para cada 70 mil habitantes, formaram-se bancadas muito desiguais.

Os 6 maiores estados possuíam juntos mais de 60% dos deputados. Minas, por si só, tinha a maior bancada, com 37 membros, seguida por São Paulo e Bahia com 22 deputados cada. Ao passo que os estados menos povoados não ultrapassavam o limite de 4 deputados, como era o caso do Amazonas, Espírito Santo, Paraná, Goiás, entre outros.

Tal ausência de isonomia na representação política se revelou igualmente na ocupação dos espaços do Executivo (Ministérios e demais órgãos do segundo escalão), como do próprio Legislativo (comissões do Congresso). Isso tornou o federalismo da época extremamente desigual, fazendo com que oligarquias mais consolidadas controlassem, por meio de suas bancadas, os rumos políticos do país.



A quarta característica do regime presidencial republicano diz respeito à diferença entre os mandatos do Congresso e os da Presidência da República. O primeiro era de três anos; o segundo, de quatro. Isso fazia com que cada presidente tivesse necessariamente que governar com duas bancadas diferentes; ao mesmo tempo, em algumas sucessões, as eleições da Presidência coincidiram com as do Parlamento, gerando algum nível de instabilidade nos processos, que precisa ser levado em conta na análise dos jogos sucessórios.

Tal prerrogativa da Carta Constitucional de 1891 atuava como importante contrapeso ao poder da Presidência, que embora eleita quase unanimemente pelas urnas, tinha que negociar com as bancadas no Parlamento para a construção de maiorias – o que nem sempre se dava de forma tranquila. A escolha da Presidência da Câmara era sempre um período disfuncional, pois como as oligarquias dos estados eram autônomas e na maioria delas, as disputas intraoligárquicas as tornavam divididas, nem sempre essa negociação era fácil para a Presidência.

A hipótese de que Campos Salles tenha conseguido, em 1900, garantir a eleição de bancadas subservientes aos governadores, que, por seu turno, serviam acriticamente ao situacionismo, não resiste à análise empírica. As mudanças regimentais propostas por Salles, conhecidas como *política dos governadores*, não ultrapassaram o período de seu mandato e não garantiram a estabilidade do regime.

Diante de tais especificidades, que, comparadas à República atual, parecem reduzir sobremaneira o caráter democrático da primeira experiência republicana, uma reflexão final se faz necessária. Os 41 anos do regime foram relativamente estáveis, sobretudo se compararmos aos vizinhos latinos ou até mesmo a alguns países europeus. Tal estabilidade foi garantida pelos arranjos políticos, formais e informais, que evitavam a monopolização das alianças, na medida em que, em cada processo eleitoral, parcerias teriam que ser renegociadas ou recriadas. Por isso, intui-se que a garantia da estabilidade do regime esteve exatamente na instabilidade de um conjunto variado de arranjos institucionais, dentre os quais, os analisados neste documento.

Esse conjunto de características resultou em um modelo mais competitivo do que se esperava; a envolver maior número de cidadãos do que os previstos pelos códigos eleitorais; a permitir participação de maior número de estados-atores; e a coexistir com um Parlamento mais forte.

Sugestões de leitura

CAVALCANTI, Themistocles B. *O voto distrital no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1975.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

PORTO, Walter Costa. *O voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

VISCARDI, Cláudia M. R. *Teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

